

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.774 - GO (2019/0304758-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**RECORRIDO** : **VICTOR HUGO ALVES BARROS DE SOUSA**  
**ADVOGADO** : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça local, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fls. 92/93):

*EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. AMEAÇA. DISCRIMINAÇÃO DE PESSOA IDOSA. INJÚRIA CONTRA PESSOA IDOSA. VÍTIMA MULHER. LEI MARIA DA PENHA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO ÂMBITO DOMÉSTICO E FAMILIAR CONTRA A MULHER POR RAZÕES DA CONDIÇÃO DE SEXO FEMININO. CONTEXTO DE PROTEÇÃO DO ESTATUTO DO IDOSO. COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. Se as possíveis promessas do acusado de causar mal injusto e grave à ofendida, as eventuais discriminações e as pretensas injúrias não foram, em princípio, praticadas contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, não tendo por objetivo e como efeito intimidar, punir, humilhar, ou manter a mulher nos papéis estereotipados ligados ao seu sexo, ou recusar-lhe a dignidade humana, a autonomia sexual, a integridade física, mental e moral, ou abalar a sua segurança pessoal, o seu amor próprio ou a sua personalidade, ou diminuir as suas capacidades físicas ou intelectuais, mas estão muito mais inseridas no contexto em que se caracterizam os fundamentos de validade e legitimidade da tutela integral do idoso, como instrumento para realização da sua dignidade como pessoa humana, as quais levaram à edição do Estatuto do Idoso (Lei 10741/03), nega-se provimento ao recurso em sentido estrito que visa a reformar a decisão judicial que declarou a incompetência do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e remeteu os autos ao Juizado Especial Criminal. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO IMPROVIDO*

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 105/111), alega a parte recorrente violação do artigo 5º da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Sustenta, em síntese, que [...] a Lei nº 11.340/06 criou mecanismos específicos para coibir e prevenir a opressão contra a mulher inserida não só num contexto amoroso de violência, mas também em situações em que há outras espécies de relações familiares, tais como pai e filha, sogro e nora, tio e sobrinha, ou seja, quando sofrê-lo num determinado ambiente (o doméstico) ou em decorrência do vínculo familiar, sendo indiferente o gênero do agressor (se masculino ou feminino) (e-STJ fls. 108/109).

Aduz que [...] no caso de vítima idosa, perante a agressividade de neto usuário de drogas, a vulnerabilidade não só é flagrante, como deve ser presumida (e-STJ fl. 110).

Assevera que as agressões cometidas por neto em detrimento da avó se enquadram na hipótese de violência no âmbito da família, nos termos do artigo 5º, inciso II, da Lei 11.340/2006 (e-STJ fl. 111).

Pugna pela reforma do acórdão recorrido para reconhecer a competência do 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Goiânia.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 119/128), o recurso foi admitido pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 130/133).

O Ministério Público Federal, instado a se manifestar nesta instância, opinou pelo provimento do recurso, consoante parecer assim ementado (e-STJ fls. 148/152):

*RECURSO ESPECIAL. ARTIGO 105, INCISO III, ALÍNEA "A", DA CF. AMEAÇA E INJÚRIA. ÂMBITO DOMÉSTICO E FAMILIAR. COMPETÊNCIA DA VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PELO PROVIMENTO DO RECURSO.*

É o relatório. **Decido.**

O recurso é tempestivo e a matéria foi devidamente prequestionada.

Consta dos presentes autos que o Juízo do 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher declarou sua incompetência, com posterior remessa dos autos ao Juizado Especial Criminal, no procedimento que apura o suposto cometimento pelo acusado, neto da vítima, que por sua vez é mulher e idosa, dos delitos de ameaça (art. 147 do Código Penal), de discriminação de pessoa idosa (art. 96 da Lei n. 10.741/2003) e de injúria contra pessoa idosa (art. 140, § 3º, do Código Penal).

A Corte local, por sua vez, negou provimento ao recurso em sentido estrito interposto pelo *Parquet*, consignando para tanto o seguinte (e-STJ fls. 96/97):

*Sobre isso, extrai-se da narrativa que foi expendida no Registro de Atendimento Integrado - RIA às fls. 3-5 e do termos de declarações da vítima às fls. 6, que o acusado, com 21 anos na data dos fatos, reside com a ofendida desde os 6 (seis) anos de idade e que ele a humilha e ofende diariamente, com xingamentos do tipo "desgraça, filha da puta, quero que você morra velha desgraçada, você é uma desgraça na vida dos outros"*

*Depreende-se, também, que ele ameaça sua avó, dizendo que vai lhe dar um tiro e pôr fogo na casa, que ele é dependente químico de drogas ilícitas e que as ameaças estão se tornando mais comuns a cada dia, fazendo com que a vítima viva escondida no seu quarto para evitar agressões por parte de seu neto.*

*A partir desse relato, é bastante razoável afirmar, na linha do duto parecer da Procuradoria de Justiça, que as possíveis promessas do acusado de causar mal injusto e grave à ofendida, as eventuais discriminações e as pretensas injúrias não foram potencialmente praticadas contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.*

***Como se sabe, o fato de o ofendido ser mulher não é suficiente para atrair a incidência da legislação especializada, pois não é todo delito cometido contra a mulher que é alcançado pela Lei 11.340, mas tão só aqueles levados a efeito no âmbito***

*doméstico e familiar contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.*

*Em verdade, os elementos até então disponibilizados me parecem sugerir que não se está diante de agressão que tenha por objetivo e como efeito intimidar, punir, humilhar, ou manter a mulher nos papéis estereotipados ligados ao seu sexo, ou recusar-lhe a dignidade humana, a autonomia sexual, a integridade física, mental e moral, ou abalar a sua segurança pessoal, o seu amor próprio ou a sua personalidade, ou diminuir as suas capacidades físicas ou intelectuais.*

*Pelo contrário, transparece que a situação dos autos é daquelas que caracterizam os fundamentos de validade e legitimidade da tutela integral do idoso, como instrumento para realização da sua dignidade como pessoa humana, que levaram à edição do Estatuto do Idoso (Lei 10741/03).*

*Desse modo, o juízo especializado da mulher, em tese, não apresenta nenhuma vantagem perceptível concretamente, o que recomenda o processamento e o julgamento do caso no juizado especial crimina [sic].*

*[...]. - grifei*

Colhe-se dos presentes autos que as instâncias ordinárias entenderam que, *in casu*, o fato de a vítima ser pessoa do sexo feminino não foi determinante para a prática dos delitos, mas a idade avançada da vítima e a sua fragilidade perante o agressor, seu neto.

Com base em tais premissas, concluíram não haver violência que atraísse a incidência da Lei Maria da Penha, isto é, baseada no gênero feminino – e não a mera violência contra mulher integrante do círculo familiar do agressor –, assim justificando o declínio da competência para Juizado Especial Comum.

Como é cediço, a Lei n. 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher e, em seu art. 5º, a seguir transcrito, *in verbis*, estabeleceu as hipóteses que configuram violência doméstica e familiar contra a mulher:

*Art. 5º. Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:*

*I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;*

*II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;*

*III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.*

*Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.*

Da leitura da norma em apreço, verifica-se que o legislador objetivou conferir especial proteção à mulher, com vistas a combater a violência de gênero, especialmente quando a vítima se encontra em ambiente doméstico e familiar.

Assim, não é qualquer crime praticado contra mulher que se insere no contexto de violência doméstica e familiar, devendo-se analisar a situação do autor e da vítima, bem como os vínculos entre eles existentes, para fins de incidência da Lei 11.340/2006.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que [...] *para que a competência dos Juizados Especiais de Violência Doméstica seja firmada, não basta que o crime seja praticado contra mulher no âmbito doméstico ou familiar, exigindo-se que a motivação do acusado seja de gênero, ou que a vulnerabilidade da ofendida seja decorrente da sua condição de mulher. Precedentes.* (REsp 1726181/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 5/6/2018, DJe 15/6/2018).

A propósito:

*PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. LESÃO CORPORAL PRATICADA POR FILHA CONTRA MÃE. INAPLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO. DESCARACTERIZAÇÃO DA AÇÃO BASEADA NO GÊNERO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.*

*1. Para incidência da Lei Maria da Penha, é necessário que a violência doméstica e familiar contra a mulher decorra de: (a) ação ou omissão baseada no gênero; (b) no âmbito da unidade doméstica, familiar ou relação de afeto; decorrendo daí (c) morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. 2. A definição do gênero sobre o qual baseada a conduta comissiva ou omissiva decorre do equivocado entendimento/motivação do sujeito ativo de possuir "direitos" sobre a mulher ou de que ela lhe pertence, evidenciando vulnerabilidade pela redução ou nulidade da autodeterminação, caracterizando-se, assim, conduta baseada no gênero para efeitos da Lei n. 11.340/2006.*

*3. No caso em comento, não se verifica o preenchimento dos pressupostos elementares da violência doméstica e familiar contra a mulher, porquanto, embora a agressão perpetrada tenha ocorrido no âmbito familiar, decorreu de desentendimentos múltiplos entre mãe e filha, restando descaracterizada a ação baseada no gênero.*

*4. Recurso parcialmente provido para, afastando a incidência da Lei n. 11.340/2006, fixar a competência do Juízo da 5ª Vara Criminal de Maceió/AL. (RHC 50.636/AL, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 1º/12/2017). - grifei*

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO PENAL. COMPETÊNCIA. RELAÇÃO FAMILIAR. LEI MARIA DA PENHA. MOTIVAÇÃO DE GÊNERO. AUSÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.*

*1. "A jurisprudência da Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que, para a aplicação da Lei 11.340/2006, não é suficiente que a violência seja praticada contra a mulher e numa relação familiar, doméstica ou de afetividade, mas também há necessidade de demonstração da sua situação de vulnerabilidade ou hipossuficiência, numa perspectiva de gênero" (AgRg no REsp 1430724/RJ, Rel.*

*Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2015, DJe 24/03/2015).*

*2. No caso dos autos, o Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos fático-probatórios da lide, entendeu que não haveria elementos suficientes para configuração da motivação de gênero nos atos do agravado, e que não teria ficado caracterizado o estado de vulnerabilidade do sexo oposto.*

*3. Desse modo, para que fosse possível a análise das pretensões recursais, seria imprescindível o reexame das provas constantes dos autos, o que é vedado ante o que preceitua a Súmula 7/STJ.*

*4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1022313/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 6/6/2017, DJe 13/6/2017).*

**RECURSO ESPECIAL. TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO. DENÚNCIA POR INCURSÃO NO ART. 232 DO ECA. INAPLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA. RECURSO NÃO PROVIDO.**

*1. Para os efeitos de aplicação da Lei Maria da Penha, nos termos do art. 5º, configura violência doméstica e familiar contra a mulher ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.*

*2. A recorrida foi denunciada por submeter adolescente do sexo feminino a trabalhos domésticos inadequados a sua saúde e condição física, consistentes em arrumação da casa e cuidados de criança. Os supostos maus tratos narrados na exordial são oriundos de relação de subordinação entre patroa e empregada e não de submissão da vítima a constrangimento em razão de ser mulher inferiorizada na relação de convivência, motivo pelo qual o caso concreto não atrai a proteção da Lei Maria da Penha.*

*3. Recurso especial não provido. (REsp 1549398/TO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 7/3/2017, DJe 14/3/2017).*

**PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. 1. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DO RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. 2. ESTUPRO DE VULNERÁVEL PRATICADO CONTRA SOBRINHA. PLEITO DE**

*RECONHECIMENTO DA COMPETÊNCIA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AUSÊNCIA DE RELAÇÃO ÍNTIMA DE AFETO, MOTIVAÇÃO DE GÊNERO OU VULNERABILIDADE PELO GÊNERO. SIMPLES LAÇO DE PARENTESCO. SITUAÇÃO QUE NÃO SE INSERE NAS HIPÓTESES DA LEI N. 11.340/2006. PRECEDENTES. 3. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*1. A Primeira Turma do STF e as Turmas que compõem a Terceira Seção do STJ, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.*

*2. "Para a aplicação da Lei Maria da Penha, é necessária a demonstração da motivação de gênero ou situação de vulnerabilidade que caracterize situação de relação íntima. Precedentes." (HC 176.196/RS, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJe de 20/06/2012)*

*3. Embora o crime tenha sido cometido pelo tio contra a sobrinha de 7 (sete) anos, na oportunidade em que esta ia visitar sua avó, tem-se manifesta a ausência de relação íntima de afeto, motivação de gênero ou situação de vulnerabilidade pelo gênero, o que afasta a aplicação da Lei n. 11.340/2006.*

*4. Habeas corpus não conhecido. (HC 265.694/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 29/2/2016).*

Assim, na hipótese vertente, não obstante a suposta prática dos delitos tenha se dado no âmbito das relações domésticas e familiares, o certo é que, em momento algum, restou demonstrado que teriam sido motivados por questões de gênero, ou mesmo que a vítima estaria em situação de vulnerabilidade por ser do sexo feminino.

Destarte, não merece prosperar a pretensão ministerial.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso IV, alínea "a", do CPC, e no art. 255, § 4º, inciso II, do RISTJ, e na Súmula n. 568/STJ, **nego provimento** ao recurso especial.



# *Superior Tribunal de Justiça*

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator